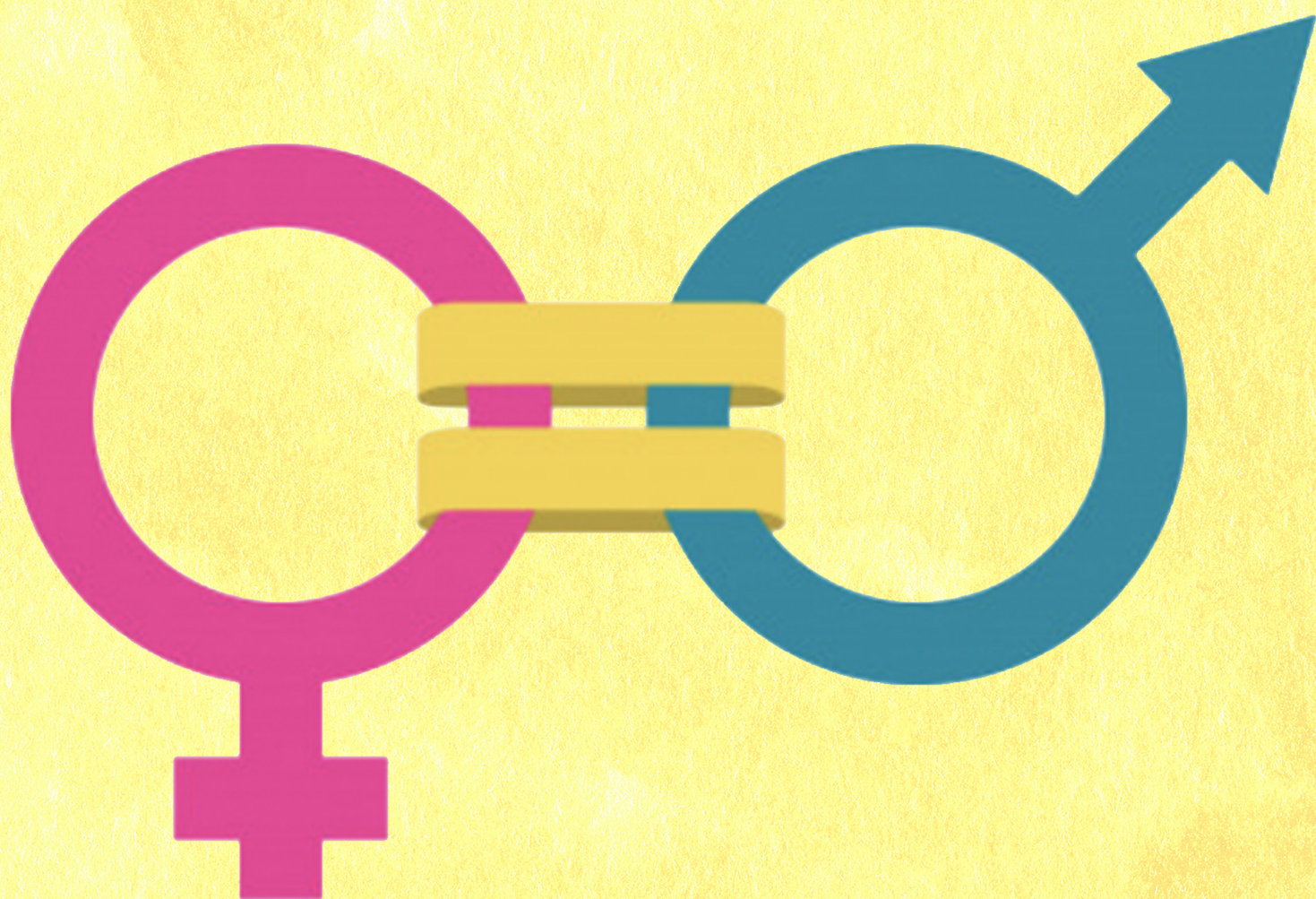


# RELAÇÕES DE GÊNERO E AS SUBJETIVIDADES EM CONTEXTOS CULTURAIS

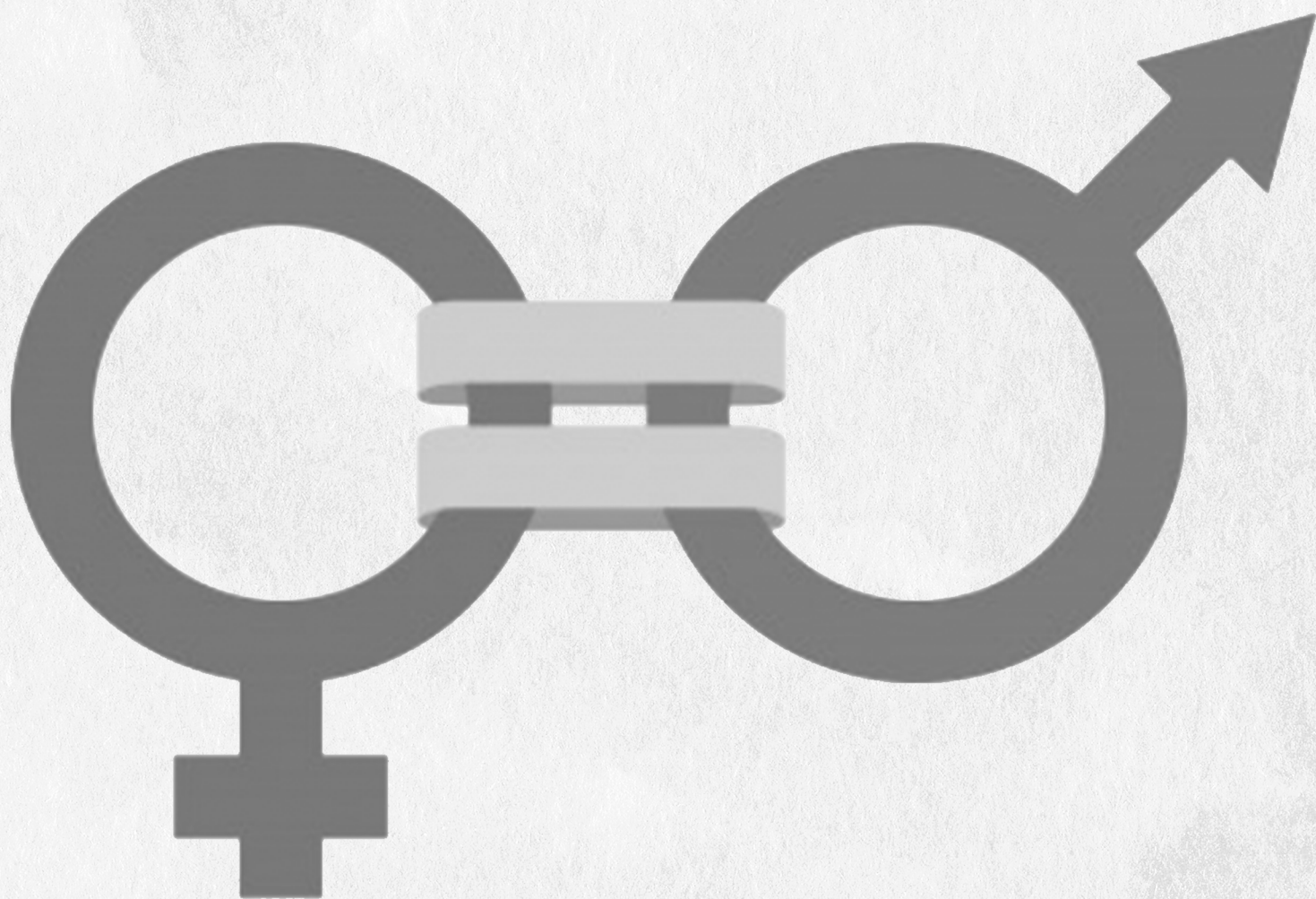
SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO  
(ORGANIZADORA)





# RELAÇÕES DE GÊNERO E AS SUBJETIVIDADES EM CONTEXTOS CULTURAIS

SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO  
(ORGANIZADORA)



2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação:** Lorena Prestes

**Edição de Arte:** Lorena Prestes

**Revisão:** Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto



Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof<sup>a</sup> Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Prof<sup>a</sup> Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof<sup>a</sup> Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Prof<sup>a</sup> Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof<sup>a</sup> Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Prof<sup>a</sup> Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof<sup>a</sup> Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco



Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
M775r	<p>Monteiro, Solange Aparecida de Souza.            Relações de gênero e as subjetividades em contextos culturais            [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza            Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF            Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader            Modo de acesso: World Wide Web            Inclui bibliografia            ISBN 978-65-5706-058-2            DOI 10.22533/at.ed.582202205</p> <p>1. Identidade de gênero. 2. Sexualidade. I. Monteiro, Solange            Aparecida de Souza..</p> <p style="text-align: right;">CDD 306.7</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 contato@atenaeditora.com.br



## APRESENTAÇÃO

A temática pertinente **RELAÇÕES DE GÊNERO E AS SUBJETIVIDADES EM CONTEXTOS CULTURAIS** é complexa que tem motivadora de debates na sociedade acerca de como abordar a problemática do gênero e sexualidade na educação. Uma educação democrática, pensa a escola como um ambiente rico em diversidade, visto que seu espaço é repleto de sujeitos em formação. Neste sentido, faz-se necessário elaborar estudos que estejam voltados para a discussão sobre a sexualidade, pensando em uma educação mais inclusiva, que pautado no reconhecimento plural das identidades, buscando a perspectiva de garantia de direitos para a construção de uma sociedade mais igualitária que reconheça e respeite a diversidade sexual e de gênero. A escola tem marcas de um ambiente de promoção e de construção do conhecimento, no qual se consolidam aprendizados em que se formam sujeitos em suas subjetividades em contextos culturais sobre si, sobre o outro e sobre o mundo. Deste modo a escola pode ocupar um papel central no desenvolvimento de seus alunos, e que em razão disto pode estimulá-los a pensar criticamente sobre os discursos socialmente construídos e determinantes no sentido de , romper com a reprodução dos aspectos de uma moralidade que estimula a produção de desigualdade, preconceito e violência em nossa sociedade para a construção dos vínculos afetivos, as identificações sociais e principalmente a produção de subjetividades, contribuindo no desenvolvimento de uma cultura plural e de respeito a diversidade dentro de seu sistema de ensino. E assim, pensando nas possíveis manifestações da sexualidade presentes no cotidiano de crianças e adolescentes em contexto escolar, que surgem demandas de realizar uma reflexão acerca dos métodos e condutas adotados pela escola em lidar com esta temática.

Desejo a todos uma boa leitura e que os artigos aqui reunidos sejam fonte de inspiração para reflexões para temas de **RELAÇÕES DE GÊNERO E AS SUBJETIVIDADES EM CONTEXTOS CULTURAIS**.

Solange Aparecida de Souza Monteiro



## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A CULTURA UNIVERSITÁRIA E AS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	
Luciano Rodrigues dos Santos Fabio Rodrigues dos Santos DOI 10.22533/at.ed.5822022051	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>17</b>
A METODOLOGIA NO TRUQUE: DESLOCAMENTOS E (DES) ENCONTROS EM UMA ETNOGRAFIA MULTISITUADA SOBRE TRAVESTIS BRASILEIRAS NA ESPANHA.	
Maria Cecília Patrício DOI 10.22533/at.ed.5822022052	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>27</b>
COLONIALIDADE DE GÊNERO: (UM)A CONSOLIDAÇÃO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL	
Sarah Francine Schreiner Geanne Gschwendtner DOI 10.22533/at.ed.5822022053	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>39</b>
EM TEMPOS DE PÓS-VERDADE: DESCONSTRUINDO “IDEOLOGIA DE GÊNERO” E “MARXISMO CULTURAL”	
Rosiléa Agostinha de Araújo Lorena Kelly Alves Pereira Geovane Gomes de Araújo Glauberto da Silva Quirino DOI 10.22533/at.ed.5822022054	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>50</b>
COMO A GENTE SE DIVERTE: CORPOS MASCULINOS EM WEBSITES DE CRUZEIROS LGBT	
Diego Santos Vieira de Jesus DOI 10.22533/at.ed.5822022055	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>64</b>
GÊNERO E GESTÃO: EXPERIÊNCIAS DE MULHERES EM CARGOS DE GESTÃO NA INDÚSTRIA CATARINENSE	
Leonard Almeida de Moraes Juliano Keller Alvez Édis Mafra Lapolli DOI 10.22533/at.ed.5822022056	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>79</b>
GÊNERO, RAÇA E A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS VISUAIS EM ESCOLAS DE RIO BRANCO/ACRE	
Maria de Lourdes Esteves Bezerra Cleyde Oliveira de Castro Murilena Pinheiro de Almeida DOI 10.22533/at.ed.5822022057	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>87</b>
OBJETIFICAÇÃO DO CORPO FEMININO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS	
Meiriane Christine dos Santos Aguiar	
Isis Vanessa Nazareth	
Yasmin Alves de Oliveira Lopes	
Rejane Corrêa Marques	
Fabrícia Costa Quintanilha Borges	
Thayssa Cristina da Silva Bello	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5822022058</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>98</b>
GÊNERO, SEXUALIDADE E HOMOFOBIA NA ESCOLA: REFLEXÕES A PARTIR DE NARRATIVAS DE LIVROS DE OCORRÊNCIA ESCOLAR	
Keith Daiani da Silva Braga	
Arilda Ines Miranda Ribeiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5822022059</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>110</b>
OS MARCOS SOCIAIS DA MEMÓRIA E A EXPERIÊNCIA DA TRANSEXUALIDADE	
Kueyla de Andrade Bitencourt	
João Diógenes Ferreira dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.58220220510</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>121</b>
UM OLHAR DE GÊNERO SOBRE A PSICOLOGIA ESCOLAR	
Iara Luzia Henriques Pessoa	
Glauce Michelle Araújo Penha	
Carlos Alberto Gomes de Brito	
<b>DOI 10.22533/at.ed.58220220511</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>129</b>
SILENCIAMENTOS: A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, A VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA MENINAS E O CONTEXTO BRASILEIRO	
Joice da Silva Brum	
Nivia Valença Barros	
<b>DOI 10.22533/at.ed.58220220512</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>141</b>
GNOSIOLOGIA NAS INVESTIGAÇÕES EM EDUCAÇÃO SEXUAL: UMA PROPOSTA DE AGENDA DE PESQUISAS	
Solange Aparecida de Souza Monteiro	
Claudionor Renato da Silva	
Débora Cristina Machado Cornélio	
Valquiria Nicola Bandeira	
Marilurdes Cruz Borges	
<b>DOI 10.22533/at.ed.58220220513</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>151</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>152</b>



## SILENCIAMENTOS: A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, A VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA MENINAS E O CONTEXTO BRASILEIRO

Data de aceite: 26/03/2020

Data da submissão: 05/02/ 2020

**Joice da Silva Brum**

Universidade Federal Fluminense

Niterói –RJ

<http://lattes.cnpq.br/6161035680620011>

**Nivia Valença Barros**

Universidade Federal Fluminense

Niterói –RJ

<http://lattes.cnpq.br/6428815642168803>

**RESUMO:** O presente artigo discorre sobre a violência contra meninas. Reflete a invisibilidade em torno da temática e como esta segue diluída, seja pela focalização em outras violências (não menos importantes), seja pela adultização de meninas e sua incorporação às violências sofridas pelas mulheres adultas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência, Criança, Adolescente, Meninas, Gênero.

**SILENCES:** VIOLENCE AGAINST CHILDREN AND ADOLESCENTS, GENDER VIOLENCE AGAINST GIRLS AND THE BRAZILIAN CONTEXT

**ABSTRACT:** This article discusses

violence against girls. It reflects the invisibility around the theme and how it remains diluted, either by focusing on other (no less important) violence, or by the adultization of girls and their incorporation into the violence suffered by adult women.

**KEYWORDS:** Violence, Child, Adolescent, Girls, Gender.

### INTRODUÇÃO

Este artigo deriva-se dos estudos e pesquisas que nós temos desenvolvido de forma contínua nos últimos anos sobre a temática.

Nossa aproximação com estudos voltados à violência, em especial a violência contra a mulher e o público infanto-juvenil, nos coloca em uma posição capaz de afirmar que a violência contra meninas e contra mulheres tem exigido ações mais efetivas, uma vez que os investimentos feitos nas últimas décadas sobre a temática, tem feito estas questões saírem cada vez mais do restrito espaço privado e ganhado à esfera pública.

Não iremos negar que nas últimas décadas obtivemos ganhos

relevantes para área da infância e da adolescência em todo o mundo, no entanto, ainda possuímos um déficit em elencar meninas como sujeitos e objeto de estudo. Enquanto registros pertinentes a violência contra a mulher aumentam e passam a reunir ações importantes a seu enfrentamento, nos afastamos de buscar apreender as especificidades pertinentes a violência contra as mais jovens. Assim, a invisibilidade que historicamente envolve a trajetória de vida nossas meninas, não parece estar recebendo a atenção que merece.

Algo preocupante, uma vez que, as violências contra o público feminino no geral, se apresentam como as violações de direitos mais frequente em todo o mundo. Dados produzidos por agências nacionais e internacionais como a UNFPA (United Nations Population Fund)<sup>1</sup>, UNICEF (UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND)<sup>2</sup> e afins, comprovam esta afirmação. Com isso, se faz necessário mais estudos e ações concretas de enfrentamento a violência contra essa considerável parcela populacional juvenil.

Neste sentido, buscamos brevemente neste trabalho apresentar as principais expressões da violência que acometem crianças e adolescentes, destacando a violência de gênero engendrada em nossa sociedade para discutir a violência contra meninas, e para terminar, apresentar rapidamente o panorama brasileiro sobre esta questão.

## **METODOLOGIA**

Para a confecção do presente trabalho, realizamos uma pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado e demais publicações de relevância sobre a temática central (foram utilizadas fontes confiáveis academicamente). Para além disso, pudemos contar com nossa participação em núcleos de pesquisa, rodas de conversas, congressos e interlocução com entidades representativas na área.

Para fins de esclarecimento, consideramos pesquisa bibliográfica como sendo aquela que:

[...] é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. [...] A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. (GIL, 2008. p.50)

Acreditamos que nossa participação em núcleos de pesquisa possui um papel crucial no desenvolvimento deste trabalho, dado que, através de nossos estudos, promoção e participação de eventos científicos, nos coloca em contato com serviços e profissionais altamente comprometidos com a questão central deste trabalho.

---

1 Em português “Fundo de População das Nações Unidas”.

2 Em português “Fundo das Nações Unidas para a Infância”.



O material levantado foi tratado através de um contorno qualitativo. Para Minayo (2004. p.21-22), pesquisas de contornos qualitativos tratam de questões muito particulares. Dentro das ciências sociais ela irá vislumbrar um nível de realidade que não pode ser expresso em números. “Ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

Complementando Minayo (2004), Gerhardt e Silveira (2009) dizem ainda que:

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas. [...] A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009. p.32)

É válido destacar que os dados que buscamos não foram focados apenas em elementos voltados à área infanto-juvenil, uma vez que esta área costuma se diluir em meio ao mundo feminino adulto. Logo, estendemos a pesquisa de modo que a mesma pudesse abarcar público feminino de modo geral, contemplando qualquer idade. E dentro destas informações, quando possível, buscamos levantar as peculiaridades do caso infanto-juvenil feminino.

Neste sentido, acreditamos que o contorno qualitativo possibilita a sistematização e aprofundamento que desejamos propiciar com o nosso trabalho.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### As Modalidades das Violências

A violência constitui-se em um processo histórico presente nos diversos percursos que as sociedades humanas construíram ao longo do tempo, consolidando-se de múltiplas formas. Isto é, a violência não é um fenômeno contemporâneo, segue uma trajetória que acompanha toda a história da humanidade, a incluir suas transformações. Suas motivações são inúmeras, não sendo restrita a nenhuma cor, raça/etnia, religião, cultura, idade ou gênero. Podendo atingir a qualquer pessoa da face da terra, com intensidade e formas de expressão diferenciadas. Sendo altamente capazes de produzir mortes e/ou danos físicos, econômicos e mentais catastróficos na vida dessas pessoas. Isto significa dizer que a violência é um problema social, histórico e multifacetado.

A violência é um fenômeno disseminado por seres humanos em suas relações. Como afirma Minayo (2009, p.23), não há evidências da existência de sociedades humanas onde o uso da força e dos danos provocados por ela, não tenham sido empregadas como formas de assegurar poder e os privilégios adquiridos com a dominação e submissão do outro. O que há, são sociedades por vezes mais, por vezes

menos violentas que se estruturam dessa forma devido a uma gama de elementos particulares a sua forma de organização, sendo a cultura, uma delas.

Ao afirmarmos que a violência é histórica não apenas queremos dizer que ela segue articulada com as sociedades humanas, no sentido que pressupõe a sua existência sempre presente, mas também, que o fenômeno é sensível a novas leituras sobre o mesmo, que irá se alterar de território a território, e de tempos em tempos.

As concepções de violência sofrem alterações, A noção de violência que temos hoje no Brasil, certamente não é a mesma de cinquenta anos atrás, e não será a mesma daqui a alguns anos, ou décadas a frente. Assim, a tratamos no plural “violências”, admitindo suas diversas formas de expressão, diferentes funções, inúmeras motivações e diferentes finalidades. A violência pode ser definida como:

[...] uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG et al., 2002, p. 5).

Este conceito desenvolvido em 2002 pela Organização Mundial de Saúde (OMS), buscou se alinhar a grande movimentação internacional que o fenômeno passou a mobilizar a seu redor nas duas décadas anteriores.

Em 1996, a Quadragésima Nona Assembléia Mundial de Saúde adotou a Resolução WHA49.25, declarando a violência como um problema importante, e crescente, de saúde pública no mundo (Consultar o quadro no final desta introdução contendo o texto completo). Na resolução, a Assembléia chamou a atenção para as sérias consequências da violência – no curto e no longo prazo – para indivíduos, famílias, comunidades e países, e destacou os efeitos prejudiciais que ela gera no setor de serviços de saúde. A Assembléia pediu aos Estados Membros que considerassem urgentemente o problema da violência dentro de suas fronteiras e solicitou ao Diretor Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS) que organizasse campanhas de saúde pública para lidar com o problema. Assim, o primeiro *Relatório mundial sobre violência e saúde* é uma parte importante da resposta da OMS quanto à Resolução WHA49.25. Ele atende principalmente aos pesquisadores e aos profissionais da área da saúde, assistentes sociais e todos os envolvidos em desenvolvimento e implementação de programas e serviços de prevenção, educadores e policiais. Também está disponível um resumo do relatório. (KRUG et al., 2002)

As violências têm sido consideradas, nas últimas décadas, como uma questão de saúde pública e conseqüentemente um fenômeno social que se encontra em permanente construção. O que exige permanentes estudos sobre si e seus efeitos. Não podendo ser tratadas de forma imediatista. Enquanto forma de relação social, a violência:

[...] está inexoravelmente atada ao modo pelo qual os homens produzem e reproduzem suas condições sociais de existência. Sob esta ótica, a violência expressa padrões de sociabilidade, modos de vida, modelos atualizados de comportamento vigentes em uma sociedade em um momento determinado de seu processo histórico. A compreensão de sua fenomenologia não pode prescindir, por



consequente, da referência às estruturas sociais; igualmente não pode prescindir da referência aos sujeitos que a fomentam enquanto experiência social. Ao mesmo tempo em que ela expressa relações entre classes sociais, expressa também relações interpessoais (...) está presente nas relações intersubjetivas entre homens e mulheres, entre adultos e crianças, entre profissionais de categorias distintas. Seu resultado mais visível é a conversão de sujeitos em objeto, sua coisificação (ADORNO 1988 apud GUERRA, 2001, p. 31)

Limitar a violência a atos tidos como “naturais” é um erro muito corriqueiro, e preocupante.

A questão da naturalidade é um fator muito problemático quando tratamos de violência. Conceber algo como natural, invisibiliza atos violentos. A naturalidade que envolve o fenômeno é um dos principais fatores para manutenção de práticas violentas que persistem em acometer certas parcelas populacionais ao longo do tempo, dificultando que as transformações societárias possam provocar a superação das mesmas. Como é o caso da violência contra mulheres e meninas.

É claro que não se pode calcular o custo humano em sofrimento e dor. Na realidade, muito deste custo é invisível. Ao mesmo tempo em que a tecnologia dos satélites tem tornado certos tipos de violência – terrorismo, guerras, rebeliões e tumultos civis – diariamente visíveis ao público, há muito mais violência ocorrendo de forma invisível nos lares, locais de trabalho e, até mesmo, em instituições médicas e sociais criadas para cuidar das pessoas. Muitas das vítimas são demasiadamente jovens, fracas ou doentes para se protegerem. Outras são forçadas por convenções ou pressões sociais a manterem silêncio sobre suas experiências. Assim como ocorre com seus impactos, algumas causas da violência podem ser facilmente percebidas. Outras estão profundamente enraizadas no arcabouço cultural e econômico da vida humana. (KRUG et al, 2002, p. 3)

Segundo KRUG et al. (2002, p.6), o fenômeno da violência pode ser classificado em três categorias, partindo do (s) ator (es) do (s) ato (s) violento (s), a saber: violência autoinfligida; violência interpessoal; e violência coletiva. As três classificações receberam subdivisões afim de promover reflexões mais aprofundadas sobre cada uma delas:

*A violência autoinfligida* é aquela que é dirigida ao próprio (a) perpetrador (a), possui duas subdivisões, o comportamento suicida e o auto-abuso.

*A violência coletiva* sugere a existência de motivação para a sua manifestação, é subdividida em três tipos: violência social, política e econômica. A violência social reuni atos terroristas, atos violentos contra multidões e crimes ódio ocasionados por grupos organizados; A violência política é expressa através de “guerras e conflitos de violência pertinentes, violência do Estado e atos semelhantes realizados por grupos maiores”. (KRUG et al, 2002. p.6).

*A violência interpessoal* é dividida em violência comunitária e violência intrafamiliar. A violência comunitária é praticada por sujeitos sem laços de parentesco e, violência intrafamiliar “ocorre em grande parte entre os membros da família e parceiros íntimos, normalmente, mas não exclusivamente, dentro de casa” (KRUG et

al, 2002. p.6).

À classificação construída pela OMS acrescentamos a violência estrutural em meio a violência coletiva. Esta face da violência engloba diferentes “processos sociais, políticos e econômicos que reproduzem e ‘cronificam’ a fome, a miséria e as desigualdades sociais, de gênero, de etnia e mantêm o domínio adultocêntrico sobre crianças e adolescentes”.

A naturalização da violência estrutural dificulta seu registro, mas embora a falta de consciência sobre a mesma interfira na sua quantificação, ela é a base de onde se estruturam várias outras expressões da violência, incluindo parte das citadas pela OMS.

## **VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO**

Os conceitos que utilizamos hoje em escala mundial para definir crianças e adolescentes é relativamente novo, por décadas nem chegou a existir, o que havia eram versões menores e menos preparadas de adultos.

Por muito tempo, não se reconheceu a existência da infância e adolescência como momentos delicados do desenvolvimento humano, pois logo que adquiriam alguma autonomia física, as crianças passavam a ser vistas e tratadas como pequenos adultos, aprendendo com eles –não necessariamente com os familiares – o que deveriam saber para garantir a sua sobrevivência. Foi só no final do séc. XVII, segundo Ariès (1981), com a mudança trazida pela escolarização, que teve início o reconhecimento e a preocupação com essas etapas da vida, passando a ser a família o grupo referência, a quem competia cuidar e acompanharas crianças e adolescentes, zelando pelo seu bem-estar. Assim, a família e a escola passaram a ser, culturalmente, o lugar da socialização e da disciplina. (SILVA, 2002, p.25)

A ascensão contemporânea ao patamar de sujeitos portadores de direitos em todo o mundo é considerada um avanço considerável na área infanto-juvenil.

Hoje no Brasil, segundo o artigo 2º do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), são consideradas crianças todo sujeito com até doze anos de idade incompletos, e adolescente todo sujeito com idade entre dozes e dezoito anos de idade (BRASIL, 1990).

Ao se tratar de violência contra crianças e adolescentes, esta pode ser definida conforme Minayo (2001) como: “[...] atos ou omissões dos pais, parentes, responsáveis, instituições e, em última instância, da sociedade em geral, que redundem em dano físico, emocional, sexual e moral às vítimas, seres em formação”.

Assim como o próprio fenômeno da violência, a violência contra crianças e adolescentes segue sendo uma parte “intrínseca da vida social e resultante das relações, da comunicação e dos conflitos de poder. Nunca existiu uma sociedade sem violência, mas sempre existiram sociedades mais violentas que outras, cada uma com sua história. (MINAYO, p.15)

Enquanto fenômeno social e problema de saúde pública, que permanece em

construção, a violência contra crianças e adolescentes constitui-se como uma violação dos Direitos Humanos que não escolhe religião, raça/etnia, idade, classe social ou sexo dos sujeitos que acomete. Sua manifestação também não seguirá regras, serão inúmeras as causas, as formas e o ambientes em que poderá se expressar. Corriqueiramente irá exprimir-se dentro do âmbito familiar, nas instituições e nas relações interpessoais externas instituídas pelos sujeitos.

Historicamente meninas e mulheres são submetidas a uma cultura machista, na qual, dentro das relações de poder estabelecidas nas sociedades, ocupam um papel de submissão, onde lhe é atribuído pouco poder. As características de gênero são construídas sob a hierarquia e a desigualdade de lugares sexuais. A violência de gênero representa “um tipo de dominação, de opressão e de crueldade estruturalmente construído nas relações entre homens e mulheres, reproduzido na cotidianidade e subjetivamente assumido, atravessando classes sociais, raças, etnias e faixas etárias”. Esta violência alia-se diretamente a outras variáveis, tais como classes sociais, raças, etnias e faixas etárias, dentre outras.

Apesar da violência de gênero abranger os dois sexos, masculino e feminino, compromete com mais frequência o público feminino. As violências cometidas contra mulheres e meninas correspondem a violação de Direitos Humanos mais prevalente em todo o mundo. O UNFPA estima ainda que, em âmbito mundial, mais de uma terço das mulheres já tenham sofrido violência física e sexual em algum estágio de suas vidas. Os principais perpetradores das violências proferidas contra o público feminino costumam possuir laços conjugais ou parentais com as vítimas, não se abstraindo o fato de que o Estado e pessoas estranhas também podem ser agressores. Sendo que a natureza dos atos violentos que acometem meninas em todo o mundo, são diversas.

A natureza dos atos violentos, – as formas como poderão se dar as violências – conforme KRUG et al. (2002, p.6), pode ser expressa em quatro categorias: física; sexual; psicológica; e envolvendo privação ou negligência.

A *Violência Física* ocorre através do uso da força física, algum instrumento ou arma com a finalidade (ou a possibilidade) de produzir lesões físicas, internas ou externas a outra pessoa.

A *Violência Sexual* ocorre quando uma pessoa é submetida através da força física, chantagem, ameaças ou qualquer outra influência psicológica (sedução, aliciamento) à realização de práticas sexuais não consensuais. A alteração da consciência pode ser fruto: (a) do uso (escolha pessoal, induzida ou forçada) de drogas, bebidas alcoólicas e/ou qualquer outra substância psicoativa; (b) Desmaios; e/ou (c) outra condição que impossibilite as vítimas de gerir seu próprio corpo.

A *Violência Psicológica* ocorre quando uma pessoa se utiliza de agressões verbais e/ou gestuais para atingir outro sujeito. Sua atitude visa a humilhação, a rejeição, a desqualificação pessoal, o amedrontamento, o isolamento do convívio social, e a produção de sofrimento mental no geral. Ferindo diretamente a autoestima e a identidade da vítima.



A *Violência Envolvendo Privação ou Negligência* ocorre quando o responsável legal por um sujeito se abstrai de suas responsabilidades perante a pessoa a qual deveria fornecer cuidados e zelar por seu bem-estar.

Às naturezas dos atos violentos desenvolvidos pela OMS (2002), acrescentaremos ainda, outras quatro formas pelas quais a violência pode se manifestar contra crianças e adolescentes segundo a UNICEF (2019): Violência Financeira, Violência Institucional, Tráfico, e Trabalho Infantil.

A *Violência Financeira*, é aquela onde a documentação, bens e valores das vítimas são destruídos ou retidos pelo agressor. “Consiste na exploração imprópria ou ilegal, ou no uso não consentido de recursos financeiros e patrimoniais de meninos e meninas” (UNICEF, 2019, p.12).

A violência *Institucional*, é aquela promovida pelo Estado e/ou por instituições públicas e privadas durante os atendimentos que prestam.

O *Tráfico* consiste em recrutar, transportar, transferir e/ou alojar crianças e adolescentes se utilizando de ameaças e violências para força-las a seguir os planos arquitetados previamente pelo (s) agressor (es).

O *Trabalho Infantil* consiste em “toda atividade econômica e/ou de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro e remuneração, executada por crianças e adolescentes menores de 16 anos - o que é proibido”. No Brasil, a acima dos 14 anos de idade, os adolescentes podem ser contratados em condição de aprendiz. Desde que seja seguida legislação própria para regular as atividades, e que as funções não ofereçam risco a educação, saúde, segurança e integridades física e mental do adolescente.

É no ambiente doméstico que são praticados a grande parte dos atos violentos contra o público infanto-juvenil, principalmente contra as meninas. O ambiente doméstico se constitui como um local favorável a ocorrência de maltrato e abusos a crianças e adolescentes por ser o local onde passam a maior parte de seu tempo.

A violência doméstica/intrafamiliar age sendo uma relação desigual que cerceia vontades e destrói identidades, podendo para além da família, também ser proferida por outras instituições de poder, muitas delas, voltadas a zelar pelo desenvolvimento de crianças e adolescentes, tais como as escolas, hospitais, a polícia, dentre outros. Todos os membros de uma família podem sofrer com os efeitos desta violência, entretanto, para Mascarenhas (2010), as crianças por serem os membros mais indefesos da estrutura familiar (em especial meninas), “são as principais vítimas desse tipo de violência, remetendo cada vez mais um olhar de gênero sobre essa realidade”.

## **FACES DA VIOLÊNCIA BRASILEIRA**

Através de nossas pesquisas, podemos seguramente apontar que a violência contra o público feminino brasileiro é marcante e ativamente presente durante toda a nossa história.

A construção da cultura brasileira desde seus primórdios segue implica por atos violentos, somados a uma forte influência da igreja, importando de seus colonizadores, um modelo patriarcal que orientava a sociedade.

Desde seu descobrimento, em 1500, até 1822, o Brasil foi uma colônia de Portugal, dependendo econômica, política e administrativamente do poder instalado em Lisboa. As leis e as ordens para as crianças também vinham de Portugal e eram aplicadas através da burocracia, dos representantes da corte e da Igreja Católica. A Igreja e o Estado andavam juntos, unindo a conquista armada e a religião. (FALEIROS E FALEIROS, 2008, p.19)

A hierarquia masculina e a submissão imposta a mulher ao longo da história, viabilizaram por um longo período, inclusive com a autorização legal, castigos e mesmo assassinatos contra mulheres que não se submetiam as regras e a obediência ao homem.

O sistema de escravidão que perdurou em nosso país durante anos, já impõe a conotação de violência. Mulheres e meninas vivenciaram na pele as mais diversas expressões do fenômeno.

A trajetória feminina no Brasil é marcada por uma vivência em uma sociedade patriarcal onde a submissão ao homem e a inferioridade feminina eram naturalizadas (e reproduzida como ideal de normalidade), bem como atos violentos e suas resolutividades, a serem restritos ao âmbito privado. Ao longo dos anos temos conquistado voz e direitos, mas o Brasil ainda se mostra como um território perigoso ao público feminino, indiferente da idade.

A Organização Mundial de Saúde aponta que a cada sete minutos, uma criança ou adolescente com idade entre 10 e 19 anos é morta em algum lugar do mundo vítima de violências. Para a UNICEF (2019, p.9), se esta tendência continuar, até 2030, quase dois milhões destes sujeitos serão mortos em consequência de atos violentos.

Milhões de meninas e meninos em todo o mundo são acometidos pelos mais diversos tipos de violências, o mais comumente perpetrado contra crianças, são as agressões físicas e verbais. “Aproximadamente 300 milhões de crianças de 2 a 4 anos em todo o mundo - três em cada quatro - sofrem, regularmente, disciplina violenta por parte de seus cuidadores e 250 milhões - cerca de seis em cada dez - são punidas com castigos físicos”. Sendo que as crianças mais jovens são mais suscetíveis a sofrerem violência. “Com base em dados de 30 países, seis em cada dez crianças entre 12 e 23 meses de idade estão submetidas a ela”.

Para o IPEA (2018, p.15), o Brasil, lamentavelmente, sempre consta na lista das nações mais violentas do planeta. Segundo a UNICEF (2019, p.3), o Brasil é o primeiro país, em número absoluto, de assassinatos de adolescentes no mundo.

A violência de gênero no Brasil é expressiva. Apesar de apresentar uma gama de leis, e em menor escala de políticas públicas, para enfrentar o problema, aparentemente estas ações ainda são insuficientes. A caminhada para uma real efetivação destes

elementos de combate ainda segue lentamente enquanto os registros de mortes e violações de direitos sobe a cada ano. Em 2016, segundo o IPEA (2008, p.44), 4.645 mulheres foram assassinadas no país. Isso “representa uma taxa de 4,5 homicídios para cada 100 mil brasileiras”. Em 10 anos ocorreu um aumento de 6,4% nas taxas de homicídio de mulheres no país.

Apesar de no Brasil, em termos de homicídios, os meninos negros provenientes de famílias de baixa renda serem os principais alvos<sup>3</sup>, em relação as meninas, são elas que ilustram os principais registros sobre violência doméstica no Brasil e no mundo. A UNICEF (2017) estima que a violência sexual acomete cerca de 15 milhões de meninas adolescentes de 15 a 19 anos em todo o mundo. No Brasil, 70% dos registros de estupro dizem respeito a crianças e adolescentes. Representando a expressão da violência mais atendida nas unidades de saúde na faixa de 0 a 13 anos. Sendo que em 70% dos casos, os perpetradores da violência sexual são próximos a vítima: amigos, conhecidos e familiares tais como pais, padrastos e irmãos.

Segundo o Mapa da Violência Contra a Mulher (MARQUES, 2018, p.25), “entre os meses de janeiro e novembro de 2018, a imprensa brasileira noticiou 14.796 casos de violência doméstica em todas as unidades federativas”. Sendo que os maiores agressores do público feminino continuam sendo seus companheiros (namorados, ex, esposos), o que corresponde a 58% dos casos de agressão. Seguindo de outros membros do círculo afetivo das vítimas, pais, avôs, tios e padrastos. Estes últimos, são os responsáveis pelos outros 42% de agressões às mulheres. A maioria das vítimas registradas na pesquisa em questão, possuem entre 18 e 59 anos (83,7%), com destaque para a margem entre 24 e 36 anos de idade. “Cerca de 1,4% das vítimas tinham menos de 18 anos na época da agressão. Já aquelas com mais de 60 anos de idade correspondem a 15% das vítimas de violência doméstica”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cada novo dia, nossas meninas são vítimas das mais bárbaras violações de direitos, muitas morrem sem ao menos conhecer seus direitos. A diluição da violência contra meninas no mundo adulto feminino pode até representar um suporte para casos onde não há órgãos especializados para tratar do público infanto-juvenil, mas não podemos deixar de ressaltar que meninas se encontram em uma fase peculiar de desenvolvimento e que necessitam de profissionais e equipamentos públicos preparados para entender as peculiaridades pertinentes a essa fase da vida humana, e atende-las de forma adequada e eficaz. Para com isso, fornece-las a possibilidade de superar as adversidades sofridas, impedir a revitimização e garantir minimamente que as mesmas possam gozar de uma vida saudável.

Nas últimas décadas, o Brasil realizou avanços consideráveis ao se tratar do tema

---

<sup>3</sup> “Para cada indivíduo não negro que sofreu homicídio em 2017, aproximadamente 2,6 negros foram mortos - de baixa renda e que habitam as periferias urbanas” (UNICEF, 2019.p.10).



do enfrentamento e proteção à infância e a adolescência. A rede de atenção integral às vítimas de violência foram estabelecidas, porém, ainda não foram consolidadas a um ponto de promover respostas condizentes com a demanda que lhes são apresentadas a cada dia. E o caminho a ser traçado a partir de 2019 com a ascensão de um governo que adota um modelo político mais conservador, pode deixar a trajetória de crianças e adolescentes – sobretudo as pobres – um pouco mais conturbada a partir de então. Dado que a desconstrução do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) – considerada por vários autores uma das mais legislações mais avançadas no mundo não âmbito infanto-juvenil –, por exemplo, é uma pauta que se apresenta em debate neste momento.

Não iremos negar que a infância e a adolescência vêm lentamente ganhando espaço, porém, ainda lhe falta um certo reconhecimento enquanto problema de gravidade elevada. A violência sofrida neste período de desenvolvimento humanos pode gerar agravos de saúde, na educação e em diversos outros aspectos da vida destes sujeitos, sendo que as consequências geradas por atos violentos podem acompanhá-los por toda a vida. Se abstrai que os números da violência em adultos, talvez pudessem ser reduzidos com investimentos na área da infância e da adolescência. Apresentar e desmistificar o fenômeno da violência para os jovens, pode prepará-los para identificar atos violentos e cenários em que estes podem escolher não gozarem em seu futuro. Dar voz e visibilidade a crianças e adolescentes e elevá-los a um patamar de prioridade talvez seja um dos principais desafios que o Brasil ainda precisa superar ao se tratar de enfrentamento a violência.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, S. **Conflitualidade e violência: reflexões sobre a anomia na contemporaneidade**. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP. São Paulo, 10(1), 1998, p. 19-47.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Lei Federal 8.069/90, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BRUM, J. S. **Práticas de proteção social e o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes em Niterói na atualidade**. Dissertação de Mestrado. Escola de Serviço Social. Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social – UFF, 2014.

FALEIROS, V. de P.; FALEIROS, E. S. **Escola que protege: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Metodos de Pesquisa**. 1.ed. UAB/UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Método e Técnicas de Pesquisa Social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IPEA (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA). **Atlas da Violência**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018.

KRUG, E. et al. (Eds.). **Relatório Mundial sobre violência e saúde**. World Report on Violence and Health. Organização Mundial de Saúde. Genebra, 2002.

MARQUES, J. J. **Mapa da violência contra a mulher – 2018**. Brasília/DF, 2018. Disponível em: <[https://pt.org.br/wp-content/uploads/2019/02/mapa-da-violencia\\_pagina-cmulhercompactado.pdf](https://pt.org.br/wp-content/uploads/2019/02/mapa-da-violencia_pagina-cmulhercompactado.pdf)>. Acessado em: 09/08/2019.

MINAYO, M. C. S. **Ciência, técnica e arte: O desafio da Pesquisa Social**. In: MINAYO, M.C.S. Pesquisa social: Teoria, método e criatividade. 14.a. Ed. Petrópolis, Vozes, 1994. p.09-29.

\_\_\_\_\_. **Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde individual e coletiva**. Em: NJAINE, K. et al (org.). *Impactos da violência na saúde*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. p. 21-42.

\_\_\_\_\_. **Contextualização do Debate sobre Violência contra Crianças e Adolescentes**. In: ARAÚJO, C. L. (Coord.) et al. *Violência faz mal à saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

\_\_\_\_\_. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec/ Rio de Janeiro: Abrasco, 5ª edição, 1998.

\_\_\_\_\_. **Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde**. Rev. Bras. Saude Mater. Infant. Recife, v. 1, n. 2, p. 91-102, 2001.

\_\_\_\_\_. **Violência: um problema para a saúde dos brasileiros**. In: SOUZA, E. R.; MINAYO, M. C. S. (Org.). *Impacto da violência na saúde dos brasileiros*. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. p. 09-33.

SILVA, L. M. P. da. **Violência doméstica contra a crianças e adolescentes**. Recife: EDUPE, 2002.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). **A Familiar Face: Violence in the lives of children and adolescents**, 2017.

\_\_\_\_\_. **A educação que protege contra a violência**. Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/4091/file/Educa%C3%A7%C3%A3o%20que%20protege%20contra%20a%20viol%C3%Aancia.pdf>>. Acessado em: 10/08/2019.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Adolescentes 5, 104, 115, 117, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 148

Agenda 15, 40, 41, 45, 48, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148

### B

Brasileiro 18, 22, 32, 34, 48, 104, 130, 136, 140

### C

Catarinense 64, 65

Colonialidade de gênero 27, 29, 32, 34, 36

Corpo 3, 11, 13, 17, 23, 24, 47, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 74, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 102, 106, 115, 109, 120, 121, 127, 135

Corpos masculinos 6, 50, 51, 57, 58, 60

Cultura universitária 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14

### E

Educação Sexual 15, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151

escolar 5, 2, 8, 46, 79, 80, 84, 85, 86, 98, 99, 100, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 115, 117, 118, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 141, 142, 144, 146, 147, 148

Escolar 98, 99, 103, 109, 121, 151

Etnografia multisituada 17, 18

### F

Feminino 3, 4, 26, 32, 33, 36, 37, 47, 55, 57, 64, 65, 66, 68, 71, 72, 73, 76, 77, 87, 89, 90, 91, 93, 97, 101, 102, 107, 124, 125, 130, 131, 135, 136, 137, 138

Formação docente 1, 4, 5, 10, 11

### G

Gênero 3, 1, 15, 16, 25, 28, 37, 38, 44, 48, 49, 79, 86, 98, 108, 121, 128, 129, 134

Gnosiologia 141, 142, 143, 144, 145, 148, 149, 150

### H

Homofobia 43, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 107, 108, 109

### I

Ideologia 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 48, 49

Inclusão 53, 65, 75, 79, 80, 81, 83, 84, 86, 90, 114, 127

Indústria 64, 65, 69, 71, 74, 77

Integrativa 87, 90, 97

Investigações 144, 145, 147, 148



## M

Marcos sociais 110, 111, 112, 113, 115, 116

Marxismo cultural 39,40, 41, 43, 44, 45, 46, 48

Memória 25, 31, 42, 106, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120

Metodologia 1, 4, 17, 20, 26, 78, 80, 141, 144, 151

Mulheres 2, 3, 4, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 54, 55, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 81, 82, 83, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 101, 109, 117, 124, 125, 129, 133, 135, 137, 138, 148

## P

Pesquisa 1, 4, 8, 9, 11, 14, 18, 19, 20, 21, 23, 28, 35, 39, 42, 48, 52, 57, 58, 63, 64, 65, 69, 70, 71, 75, 77, 78, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 89, 90, 92, 98, 99, 104, 105, 108, 118, 120, 122, 123, 130, 131, 138, 139, 140, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151

Pessoas com deficiências 81, 82

Pós-verdade 39, 40, 42, 43, 48

Proposta 16, 18, 30, 61, 70, 81, 84, 105, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148

Psicologia escolar 121, 127, 128

Publicações científicas 89

## R

Raça 6, 30, 37, 79, 80, 81, 84, 85, 86, 94, 121, 122, 123, 124, 131, 135

## S

Sexualidade 5, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 19, 34, 39, 41, 45, 47, 48, 52, 53, 60, 62, 90, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 112, 116, 118, 120, 121, 125, 126, 127, 128, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151

## T

Transexualidade 110, 112, 113, 114, 115, 120, 128

Travestis brasileiras 17, 18, 19, 21, 22, 25

Truque 22, 25

## V

Violência 5, 27, 28, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 44, 53, 57, 60, 91, 92, 95, 98, 99, 100, 101, 103, 105, 106, 107, 108, 116, 117, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140

Violência de gênero 33, 34, 91, 130, 134, 135, 137

 **Atena**  
Editora

**2 0 2 0**